

**GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

**CUIABÁ - MT**  
**2019**

FICHA TÉCNICA. Todos os direitos desta edição estão reservados à: **ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**. É permitida a reprodução total ou parcial deste MATERIAL, desde que seja citada a fonte.

---

M433p Mato Grosso.

Projeto Pedagógico Institucional/Mato Grosso. Secretaria de Estado de Saúde. Escola de Saúde Pública, 2019.

56 p.; 30 cm.

Inclui bibliografia

1. Projeto pedagógico. 2. Gestão Pedagógica. 3. Escola de Saúde Pública – Mato Grosso. I. Título

CDU 371(817.2)

---

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso

**GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

**Mauro Mendes Ferreira**  
Governador do Estado

**Otaviano Olavo Pivetta**  
Vice-Governador

**Gilberto Gomes de Figueiredo**  
Secretário da Saúde do Estado

**Cristiane Cruz dos Santos Melo**  
Secretária Adjunta de Administração e Finanças

**Izabella Santana**  
Superintendente de Gestão de Pessoas

**Sílvia Aparecida Tomaz**  
Diretora da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso

## **LISTA DE ABREVIATURA OU SIGLAS**

BVS - Biblioteca Virtual de Saúde  
CEE/ MT - Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso  
CIES - Comissão de Integração Ensino Serviço  
CNS - Conselho Nacional de Saúde  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COADES - Coordenadoria de Administração Escolar  
COEPE - Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão  
COFTES - Coordenadoria de Formação Técnica em Saúde  
COTEAD - Coordenadoria de Tecnologia de Educação a Distância  
CPD - Centro de Processamento de Dados  
Decit - Departamento de Ciência e Tecnologia  
ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca  
EPJV - Escola Politécnica Joaquim Venâncio  
ESPMT - Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso  
EPS - Educação Permanente em Saúde  
ESP - Escola de Saúde Pública  
ETSUS - Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde  
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Mato Grosso  
FIOCRUZ - Fundação Osvaldo Cruz  
GDR - Gerência de Documentação e Registro  
MS - Ministério da Saúde  
PNEPS - Política Nacional de Educação Permanente em Saúde  
PPI - Projeto Pedagógico Institucional  
PPSUS - Programa de Pesquisas para o Sistema Único de Saúde  
PRO EPS-SUS - Programa de Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS  
PTNSSS SUS - Profissionais de Técnico Nível Superior dos Serviços de Saúde do SUS  
PTA - Plano de Trabalho Anual  
PTM - Plano de Trabalho Mensal  
SCTIE - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos  
SES/MT - Secretaria de Estado de Mato Grosso  
SUS - Sistema Único de Saúde  
Rede BiblioSUS - Rede de Biblioteca e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde - Brasil  
REDESCOLA - Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública  
RETSUS - Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

|          |                                                           |           |
|----------|-----------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>APRESENTAÇÃO .....</b>                                 | <b>6</b>  |
| <b>2</b> | <b>DADOS DE IDENTIFICAÇÃO .....</b>                       | <b>7</b>  |
| 2.1      | DADOS DA MANTENEDORA .....                                | 7         |
| 2.2      | DADOS DA INSTITUIÇÃO MANTIDA .....                        | 7         |
| 2.3      | CORPO DIRIGENTE DA MANTIDA .....                          | 8         |
| <b>3</b> | <b>CARACTERIZAÇÃO DA ESPMT .....</b>                      | <b>10</b> |
| 3.1      | CONTEXTUALIZAÇÃO .....                                    | 10        |
| 3.2      | MISSÃO .....                                              | 15        |
| 3.3      | VISÃO DE FUTURO .....                                     | 16        |
| 3.4      | FILOSOFIA.....                                            | 16        |
| 3.5      | VALORES .....                                             | 17        |
| 3.6      | OBJETIVO GERAL.....                                       | 17        |
| 3.7      | OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....                                | 17        |
| 3.8      | METAS E AÇÕES.....                                        | 18        |
| <b>4</b> | <b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESPMT .....</b>            | <b>21</b> |
| 4.1      | ESTRUTURA DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO .....                 | 21        |
| 4.2      | TRABALHADORES DA ÁREA PEDAGÓGICA E TÉCNICA.....           | 27        |
| 4.3      | PERFIL DE INGRESSO .....                                  | 27        |
| 4.4      | PERFIL DO EGRESSO.....                                    | 28        |
| <b>5</b> | <b>FUNDAMENTOS DA AÇÃO PEDAGÓGICA NA ESPMT .....</b>      | <b>29</b> |
| 5.1      | EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO EM SAÚDE.....                    | 29        |
| 5.2      | EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE .....                        | 32        |
| 5.3      | METODOLOGIA DE ENSINO APRENDIZAGEM .....                  | 34        |
| 5.4      | CURRÍCULO INTEGRADO .....                                 | 37        |
| 5.5      | AValiação DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.....         | 40        |
| <b>6</b> | <b>ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....</b> | <b>47</b> |
| 6.1      | DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA SAÚDE.....          | 47        |
| 6.2      | DIMENSÕES DA PESQUISA .....                               | 49        |
| 6.3      | DIMENSÕES DA EXTENSÃO .....                               | 50        |
| <b>7</b> | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                  | <b>51</b> |

# 1 APRESENTAÇÃO

Vivemos em uma época de profundas mudanças e aceleradas transformações na área da educação e na saúde. A Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso (ESPMT), em face das políticas públicas de saúde do Estado, das demandas sociais e tomando ainda por horizonte a filosofia, a história, as características, o perfil e a missão da Instituição, sinaliza para o redimensionamento do ensino consciente do seu papel, enquanto agente de transformação e orientada, sobretudo por princípios éticos e democráticos.

A função social da Educação é a de preparar o cidadão para assumir sua identidade, exercer papéis e dar significado a sua vida.

Neste panorama, a ESPMT assume o compromisso de formação, qualificação, atualização e aperfeiçoamento dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) de Mato Grosso, de todos os níveis de escolaridade, objetivando a (re) construção de capacidades para a vida produtiva e social no contexto do trabalho em saúde, já que este tem requerido trabalhadores empenhados na melhoria da qualidade do sistema público de saúde e que assumam a postura de sujeitos transformadores da realidade.

Assim, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da ESPMT é documento orientador que norteará as ações educacionais para a consolidação da sua missão, de seus objetivos, de seus princípios e de suas diretrizes, propiciando a qualidade de suas ações, visando a qualificação para o trabalho bem como melhoria da qualidade da atenção à saúde. Caracteriza-se como um documento de orientação institucional, no qual estão explicitados o histórico da Instituição, seus mecanismos de inserção regional, sua missão, o âmbito de atuação, as diretrizes teórico-metodológicas do processo de ensino-aprendizagem e de seu processo avaliação.

## 2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

### 2.1 *Dados da Mantenedora*

A Mantenedora da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso é o **Governo do Estado de Mato Grosso**, por meio **da Secretaria de Saúde do Estado de Mato Grosso (SES-MT)**.

- **Identificação da Mantenedora**

|               |                                                                         |
|---------------|-------------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome:</b>  | <b>Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso - SES/ MT</b> |
| <b>CNPJ:</b>  | 04.441.389/0001-61                                                      |
| <b>End.</b>   | Centro Político Administrativo, S/N - Paiguás                           |
| <b>Cidade</b> | Cuiabá/ MT - <b>CEP:</b> 78.970-050                                     |
| <b>Tel:</b>   | (65) 3613-5310 / FAX (65) 3613-5310                                     |
| <b>E-mail</b> | gbses@ses.mt.gov.br                                                     |
| <b>Site</b>   | www.saude.mt.gov.br                                                     |

- **Identificação do Dirigente da Mantenedora**

|               |                                                     |
|---------------|-----------------------------------------------------|
| <b>Cargo</b>  | <b>Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso</b> |
| <b>Nome:</b>  | Gilberto Gomes de Figueiredo                        |
| <b>End.</b>   | Centro Político Administrativo, S/N - Paiguás       |
| <b>Cidade</b> | Cuiabá/ MT <b>CEP:</b> 78.970-050                   |
| <b>Tel.:</b>  | (65) 3613-5310 / FAX (65) 3613-5310                 |
| <b>E-mail</b> | gbses@ses.mt.gov.br                                 |

### 2.2 *Dados da Instituição Mantida*

|               |                                                                           |
|---------------|---------------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome:</b>  | <b>Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso - ESP/MT</b>          |
| <b>CNPJ:</b>  | 04.441.389/0001-61                                                        |
| <b>End.</b>   | Rua Aduino Botelho, n.º 552, Parque da Saúde Zé Bolo-Flô, Bairro CoopHEMA |
| <b>Cidade</b> | Cuiabá/ MT <b>CEP:</b> 78.085-200                                         |
| <b>Tel.:</b>  | (65) 3613- 2323 / FAX (65) 3613-2323                                      |

|               |                            |
|---------------|----------------------------|
| <b>E-mail</b> | dgesp@ses.mt.gov.br        |
| <b>Site</b>   | www.saude.mt.gov.br/escola |

- **Dados do Dirigente Principal da Instituição Mantida**

|                |                                                                            |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------|
| <b>Cargo</b>   | <b>Diretor da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso</b>         |
| <b>Nome:</b>   | <b>Silvia Aparecida Tomaz</b>                                              |
| <b>End.</b>    | Rua Adauto Botelho, n.º 552, Parque da Saúde Zé Bolo-Flô, Bairro CoopHEMA. |
| <b>Cidade</b>  | Cuiabá/ MT <b>CEP:</b> 78.085-200                                          |
| <b>Tel.:</b>   | (65) 3613-2323 / FAX (65) 3613-2323                                        |
| <b>E-mail:</b> | dgesp@ses.mt.gov.br                                                        |

## 2.3 *Corpo Dirigente da Mantida*

- **Coordenadoria de Gestão Pedagógica (COGEPE)**

|               |                                  |
|---------------|----------------------------------|
| <b>Cargo</b>  | <b>Coordenador</b>               |
| <b>Nome:</b>  | <b>Raquel Arévalo de Camargo</b> |
| <b>Tel.:</b>  | (65) 3613- 2327                  |
| <b>E-mail</b> | cogepe@ses.mt.gov.br             |

- **Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE)**

|               |                                |
|---------------|--------------------------------|
| <b>Cargo</b>  | <b>Coordenador</b>             |
| <b>Nome:</b>  | <b>Eliane Barbosa Jerônimo</b> |
| <b>Tel.:</b>  | (65) 3613-2310                 |
| <b>e-mail</b> | coepe@ses.mt.gov.br            |

- **Coordenadoria de Formação Técnica em Saúde (COFTES)**

|               |                          |
|---------------|--------------------------|
| <b>Cargo</b>  | <b>Coordenador</b>       |
| <b>Nome:</b>  | <b>Noíse Pina Maciel</b> |
| <b>Tel:</b>   | (65) 3613-2323           |
| <b>e-mail</b> | coftes@ses.mt.gov.br     |

- **Coordenadoria de Tecnologia de Educação à Distância (COTEAD)**

|               |                                  |
|---------------|----------------------------------|
| <b>Cargo</b>  | <b>Coordenador</b>               |
| <b>Nome:</b>  | <b>Joelma Silva Campos Godoy</b> |
| <b>Tel.:</b>  | (65) 3613 - 2331                 |
| <b>E-mail</b> | cotead@ses.mt.gov.br             |

- **Coordenadoria de Administração Escolar (COADES)**

|               |                                           |
|---------------|-------------------------------------------|
| <b>Cargo</b>  | <b>Coordenador</b>                        |
| <b>Nome:</b>  | <b>Giancarla Fontes de Almeida Santos</b> |
| <b>Tel.:</b>  | (65) 3613- 2304                           |
| <b>E-mail</b> | coades@ses.mt.gov.br                      |

- **Gerência de Documentação e Registro Escolar**

|               |                                     |
|---------------|-------------------------------------|
| <b>Cargo</b>  | <b>Gerente</b>                      |
| <b>Nome:</b>  | <b>Paula Viviana Queiroz Dantas</b> |
| <b>Tel.:</b>  | (65) 3613- 2316                     |
| <b>E-mail</b> | gdr@ses.mt.gov.br                   |

- **Gerência Administrativa**

|               |                        |
|---------------|------------------------|
| <b>Cargo</b>  | <b>Gerente</b>         |
| <b>Nome</b>   | <b>Ivan Utsch Seba</b> |
| <b>Tel:</b>   | (65) 3613- 2304        |
| <b>E-mail</b> | coades@ses.mt.gov.br   |

- **Biblioteca**

|                   |                                     |
|-------------------|-------------------------------------|
| <b>Cargo</b>      | <b>Analista Administrativo</b>      |
| <b>Perfil</b>     | <b>Bibliotecário</b>                |
| <b>Nome:</b>      | <b>João Batista dos Santos Lima</b> |
| <b>Inscrição:</b> | CRB1/ DF - n.º 2447                 |
| <b>Tel:</b>       | (65) 3613- 2305                     |
| <b>e-mail</b>     | cogepe@ses.mt.gov.br                |

### **3 CARACTERIZAÇÃO DA ESPMT**

#### **3.1 Contextualização**

A formação e a qualificação dos profissionais da saúde é dever do Estado e da sociedade, como também um direito destes trabalhadores. Este fato tem preocupado os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) e os demais atores sociais envolvidos direta e indiretamente, com a oferta dos serviços originários das Políticas Públicas de Saúde no Brasil.

Frente ao grande desafio em atender as profundas necessidades de saúde da população brasileira e a existência de um significativo contingente de trabalhadores em exercício nos serviços de saúde sem a devida qualificação, o Ministério da Saúde exercendo o seu papel de gestor Nacional do Sistema, definiu como prioridade, o Acordo Interministerial através do Programa de Trabalho da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o SUS (CGDRH-SUS).

Como resultado deste Acordo, o Governo Federal garantiu aos Estados e Municípios o apoio para a profissionalização desses trabalhadores, através da criação de Escolas do SUS, visando de um lado a prestação de assistência sem risco do usuário e de outro, a valorização profissional dos servidores.

O Ministério da Saúde teve como missão pensar uma proposta de qualificação de Recursos Humanos em exercício ou em processo de admissão na rede básica dos serviços de saúde, sendo que para sua execução algumas diretrizes foram definidas, a saber:

- Concepção e implantação de um modelo de escola com execução curricular descentralizada, considerando as características da clientela (pessoas adultas já trabalhando em unidades de saúde distribuídas por todo o território nacional, sem o grau de escolaridade exigido) e a impossibilidade de retirar esses trabalhadores dos seus locais de trabalho durante o período de formação, devido ao prejuízo causado ao usuário, pela interrupção do funcionamento dos serviços;
- Desenvolvimento de programas de capacitação técnica e pedagógica para os

instrutores/supervisores;

- Desenvolvimento de uma concepção metodológica que privilegie a integração ensino e trabalho e;
- Elaboração de material didático privilegiando o currículo integrado.

A formação técnica de nível médio em saúde no Estado de Mato Grosso teve início no ano de 1984, em resposta às grandes dificuldades que o setor da saúde enfrentava pela falta de mão de obra qualificada.

Esse processo de profissionalização da Saúde foi garantido em razão da deficiência de profissionais qualificados para atender a demanda do serviço que somado à extinção do Atendente de Enfermagem, através da Lei N° 7.498 de 25/06/1986, referente ao exercício profissional da Enfermagem, demandava providências com relação à qualificação dessa mão-de-obra, uma vez que esta representava um contingente significativo no conjunto da força de trabalho em saúde, no Estado de Mato Grosso.

Tendo em vista a necessidade da legalização da documentação preconizada, que conferisse a qualificação e a identidade profissional aos trabalhadores da saúde, é criado o Centro Formador de Recursos Humanos, vinculado ao Setor de Recursos Humanos da SES que à época, contou com a parceria da Escola Estadual de 1° e 2ª graus "Antonio Cesário Neto", para a certificação dos alunos.

Dessa decisão até a efetiva criação desta Escola, demandou-se algum tempo, sendo que a construção do Hospital Regional de Colíder foi fator determinante nesse processo, pois para o seu funcionamento houve a necessidade de formar profissionais Auxiliar de Enfermagem de nível médio, uma vez que o município não possuía pessoal qualificado em número suficiente para atender o serviço.

Frente a essa realidade, em 16 de janeiro de 1992, foi criada a Escola Técnica de Saúde em Cuiabá, baseada nas Leis Complementares nº 13 e 14/92, e regulamentada pelo Decreto Governamental nº 1.847 de 19 de Agosto de 1992.

Em 23 de Setembro de 1992, através do Decreto nº 2.404, a Escola Técnica de Saúde passa a integrar a estrutura organizacional da SES como órgão de execução programática da política de Recursos Humanos do SUS em Mato Grosso, fazendo parte da rede nacional de Escolas Técnicas do SUS. Em 23 de Dezembro do mesmo ano, pelo Decreto nº 1.946, passa a denominar-se Escola Técnica de Saúde de Mato Grosso.

A partir da publicação da Lei N° 7.236 de 28/12/1999, que reorganizou a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde, instituindo a Coordenadoria do Centro de Gestão, Desenvolvimento e Formação de Recursos Humanos para o SUS - MT, a Escola Técnica de Saúde do Estado de Mato Grosso, passa a integrar o Núcleo de Formação Técnica em Saúde (NFTS) sendo extinta em 13 de Janeiro de 2000, através do Decreto nº 1.129, continuando suas atividades mesmo após a sua extinção.

Em 16 de Abril de 2001, pelo Decreto 2.484 foi criada a Escola de Saúde Pública “Dr Agrícola Paes de Barros”, com sede própria à Avenida Adauto Botelho, s/n no bairro Coophema, em Cuiabá/MT, estruturada sob forma de Coordenadoria, na estrita observância ao modelo organizacional dos órgãos da Administração Direta Estadual, preconizada na Lei Complementar nº 14/92, com o compromisso de promover a qualificação dos trabalhadores de saúde, visando o seu melhor desempenho e a consequente consolidação do SUS em Mato Grosso.

O Decreto 3.145, de 25 de setembro de 2001, prevê a Coordenadoria da Escola de Saúde Pública “Dr. Agrícola Paes de Barros”, na estrutura do Centro Estadual de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, órgão da administração sistêmica da Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT). Isto, no entanto, não lhe conferiu a condição de Escola, para legitimar sua existência.

Assim sendo, foi necessário que a Secretaria de Estado de Saúde criasse, em sua estrutura organizacional, a Escola de Saúde Pública “Dr. Agrícola Paes de Barros”, o que ocorreu através do Decreto nº 4.991, de 11 de Setembro de 2002, adequando-a a nomenclatura usualmente adotada para estabelecimentos de ensino que possuem caráter de centro formal de educação, obedecendo aos princípios emanados pela LDB da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, legalizando e legitimando assim, a sua existência.

A criação da Escola de Saúde Pública “Dr. Agrícola Paes de Barros” possibilitou a incorporação da então extinta Escola Técnica de Saúde de Mato Grosso à sua estrutura formal, através do Núcleo de Formação Técnica (NFTS), preservando a oferta, de forma regular, dos cursos de Educação Profissional em nível Básico e Técnico para a área de Saúde, nas suas diversas subáreas de formação, mantendo itinerários de formação diversificados, para o atendimento das diversas demandas e características regionais Escola de Saúde Pública “Dr.

Agrícola Paes de Barros", nesta nova estrutura, além do Núcleo de Formação Técnica, introduz, na sua organização administrativa, o Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, mantendo programas de Educação Continuada e Permanente dos profissionais de nível superior, através da oferta de cursos de especializações (em parceria com a FUFMT).

Em 12 de Dezembro de 2002, através da Portaria nº 294/02 do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, publicada no Diário Oficial do Estado, em 30 de Dezembro do mesmo ano, a Escola de Saúde Pública "Dr. Agrícola Paes de Barros" é credenciada para ministrar os Cursos de Educação Profissional em Nível Técnico na área de Saúde, por um período de 05 (cinco) anos, renovável após o seu vencimento.

Em 30 de Outubro de 2003, com o Decreto do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso Nº 1.741, nova mudança ocorreu na estrutura organizacional da Escola, a qual passou a vincular-se à Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Humanos da SES/MT, como Coordenadoria composta pela Gerência Pedagógica e de Tecnologia Educacional, Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, Gerência de Formação Técnica em Saúde, Gerência de Biblioteca, Gerência de Documentação e Registro e Gerência de Apoio Logístico.

Em 2004, pelo Decreto Nº 2.439, de 21 de Janeiro, a Escola de Saúde Pública "Dr. Agrícola Paes de Barros", passa de Coordenadoria para Diretoria, mantendo as Gerências já existentes.

A partir da Lei Complementar Nº 161, de 29 de março de 2004, publicada no D.O.E. no dia 29/03/2004, é instituída a Escola e alterada sua denominação para Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso, com nova estrutura organizacional conforme publicação no D.O.E de 03 de maio de 2004.

Em conformidade com a lei acima citada, e com o que consta no Inciso VI, do Art. 2º da Resolução CEE - MT nº 195/00; Resolução CEE - MT nº. 259/01; e ainda em consonância com o Inciso I, Art. 23 da Lei Complementar nº 49/98, a ESPMT é caracterizada como uma Escola de Educação Profissional de Nível Técnico e Superior na área de saúde.

A organização atual da ESPMT encontra-se aprovada pelo Decreto nº 016, de 01/02/2019, publicado no D.O.E, assim constituída: Conselho Escolar, Diretoria, Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE), Coordenadoria de

Formação Técnica em Saúde (COFTES), Coordenadoria de Tecnologia de Educação à Distância (COTEAD), Coordenadoria de Administração Escolar (COADES), com as respectivas gerências administrativa e de registro e documentação escolar (MATO GROSSO, 2019).

A ESPMT possui o quadro de profissionais que contempla os 04 (quatro) cargos de carreira do SUS, bem como estagiários, terceirizados, cedidos e comissionados, somando um total de 67 profissionais.

Diante da complexidade do seu processo educacional, a ESPMT assumiu como uma premissa, a qualificação do seu corpo técnico, quase na totalidade, nível de mestrado e doutorado, como demonstra o quadro abaixo.

| <b>TITULAÇÃO</b> | <b>PTNSSS SUS</b> |
|------------------|-------------------|
| Especialização   | 16                |
| Mestrado         | 19                |
| Doutorado        | 02                |
| Doutorando       | 03                |

Fonte: Gestão de Pessoas da ESPMT, 2018.

O Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* na Área de Saúde da ESPMT foi criado em 2005, através da Portaria CEE-MT nº 306, de 12/12/2005, obedecendo às regulamentações específicas do Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso para o Ensino Superior. Desta forma, a ESPMT possui autonomia na certificação de seus cursos de Pós-Graduação e passa pelo processo de avaliações periódicas a cada cinco anos para o credenciar o programa pelo CEE/MT.

A ESPMT, através do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* na Área de Saúde, tem destinado ao aprimoramento técnico-científico de trabalhadores em áreas de interesse do SUS/MT, e tem como objetivos: (1) Ampliar o patrimônio cultural e intelectual dos trabalhadores da saúde, vinculada ao SUS do Estado de Mato Grosso; (2) Promover a formação de quadros em áreas específicas e de interesse do SUS, na perspectiva do fortalecimento técnico-científico das equipes técnicas da SES-MT e das Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Mato Grosso; (3) Estimular o processo de investigação, através do ensino e da pesquisa, na área de saúde; (4) Divulgar novos conhecimentos e saberes, advindo da

observação e investigação das diversas realidades que compõem o perfil epidemiológico e o quadro nosológico do Estado de Mato Grosso; (5) Promover acesso aos trabalhadores do SUS do Estado de Mato Grosso em programas e processos de educação permanente; e (6) Desenvolver estratégias para a efetiva regulação da formação de trabalhadores para o SUS do Estado de Mato Grosso.

Ao longo desta trajetória, o programa de pós-graduação da ESPMT realizou vários cursos de especialização, dentre os quais destacamos: 02 cursos de Saúde Pública com Ênfase em Gestão de Sistemas Locais de Saúde, 01 curso de Auditoria para Sistema Público de Saúde, 04 cursos Modular Integrado em Saúde da Família, 01 curso em Saúde do Trabalhador, 05 Cursos em Saúde da Família, 02 Cursos em Gestão do Trabalho e Educação na Saúde em parceria com ENSP/FIOCRUZ e Ministério da Saúde, 02 cursos em Odontologia para pacientes especiais financiados pelo Ministério da Saúde, e 02 cursos de Saúde Pública em parceria com a REDESCOLA/ENSP/Ministério da Saúde. Além disso, a SES/ESPMT desenvolveu em parceria com ISC/UFBA, o Curso de Mestrado Profissional em avaliação de Tecnologias de Saúde. Diante desse quadro, a ESPMT vem consolidando sua expertise na formação de trabalhadores nas áreas prioritárias conforme as necessidades loco-regionais e as novas agendas do SUS/MT.

Como já mencionado, a ESPMT integra a Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (REDESCOLA), uma rede composta por instituições formadoras comprometidas com a qualidade da formação em Saúde Pública e o fortalecimento do SUS. A ESPMT integra também a Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS) referência no país na educação profissional de nível técnico para os trabalhadores do SUS.

### **3.2 Missão**

A missão da ESPMT é Formar e Qualificar os trabalhadores do SUS na perspectiva da Educação Permanente em Saúde, em consonância com as Diretrizes Nacionais da Educação e da Política Estadual de Saúde, contribuindo para a melhoria dos serviços e da qualidade de saúde da população.

### **3.3 Visão de Futuro**

Ser uma instituição de referência nacional na formação de profissionais para o SUS no Estado do Mato Grosso no que diz respeito à qualidade de ensino e ao compromisso social, consolidando-se como uma instituição fomentadora de ideais e propostas coletivas, fundamentados na qualidade, na ética e no profissionalismo.

### **3.4 Filosofia**

Os princípios que conduzem a ESPMT em seu Projeto Político-Pedagógico Institucional são:

- I. Valorização do trabalho e do trabalhador da Saúde;
- II. Independência e articulação com o Ensino Médio;
- III. Respeito aos valores políticos, éticos, humanísticos e estéticos;
- IV. Flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e integralização entre a teoria e a prática;
- V. Identidade dos perfis profissionais voltados para os respectivos Cursos, visando melhoria dos currículos;
- VI. Autonomia da Escola em seu Projeto Político-Pedagógico Institucional;
- VII. Igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola;
- VIII. Gratuidade do Ensino Público;
- IX. Gestão democrática do ensino, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- X. Desenvolvimento de competências para o trabalho, promovendo estratégias pedagógicas que viabilizem a melhoria da qualidade do ensino;
- XI. Garantia da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XII. Consolidação dos princípios e diretrizes organizativos do Sistema Único de Saúde;
- XIII. Valorização da vida e a prática da cidadania;
- XIV. Fortalecimento da Política de Educação Permanente em Saúde.

### 3.5 Valores

- **Qualidade** – Propiciamos a educação profissional crítica e reflexiva para que o trabalhador assuma uma postura transformadora frente a realidade do trabalho em saúde.
- **Participação** - Trabalhamos na construção coletiva das ações dos diferentes segmentos, buscando o desenvolvimento pessoal, profissional de toda a comunidade escolar e institucional;
- **Respeito pelo indivíduo** - Respeitamos a diversidade sócio-cultural e técnico-profissional do trabalhador do SUS, sua dignidade, condições e oportunidades de cada indivíduo, para que todos possam exercer sua profissão com cidadania;
- **Inovação** - Buscamos formar profissionais de saúde autônomos e motivados para as mudanças das práticas profissionais, requeridas no âmbito individual e coletivo, nos diferentes contextos, respeitadas as particularidades e especificidades loco regionais.
- **Qualidade de vida** - Buscamos, através do conhecimento, oferecer à nossa clientela conteúdos visando ampliar o seu patrimônio cultural e intelectual no campo da saúde, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida do sujeito que aprende, do sujeito que ensina e da população em geral.

### 3.6 Objetivo Geral

Realizar formação e educação permanente em saúde com vistas à profissionalização, atualização, aperfeiçoamento e especialização dos trabalhadores da saúde, bem como, desenvolver programas de pesquisa e extensão em áreas prioritárias para o SUS em Mato Grosso.

### 3.7 Objetivos Específicos

- Oferecer a Educação Profissional Técnica de Nível Básico, Nível Médio e Especialização Pós Técnica na área de saúde e áreas correlatas,

adequando o perfil de trabalhadores de nível médio às demandas geradas pela implementação da Política de Saúde do Estado de Mato Grosso;

- Oferecer educação permanente em saúde, por meio do seu Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*, visando o constante aprimoramento ético, político, social e técnico-científico dos trabalhadores de nível superior, vinculados ao Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso;
- Desenvolver pesquisas, com parceiros, nas áreas de interesse do Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso;
- Realizar atividades de extensão como instrumento de integração com a comunidade;
- Participar do processo de educação popular na perspectiva da participação social e da política de saúde no Estado de Mato Grosso;
- Atender as demandas de educação permanente em saúde das unidades próprias, desconcentradas/descentralizadas da Secretaria de Estado de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Mato Grosso;
- Ofertar seus programas de Educação Profissional Técnica de Nível Técnico, Pós-Técnico, Educação Permanente em Saúde e Pós-Graduação *Lato Sensu* de forma a atender às demandas recorrentes, devidamente legitimadas pelas instâncias deliberativas regionais.
- Qualificar docentes considerando a proposta pedagógica institucional da ESPMT.

### **3.8 Metas e Ações**

O planejamento na escola é dinâmico e anualmente reformulado, após avaliadas as ações que visam aproximar cada vez mais a escola que temos, da escola que queremos.

O diagnóstico da realidade, a política de desenvolvimento de recursos humanos e a proposta pedagógica subsidiam as tomadas de decisões que são efetivadas pela escola, em conformidade com a política estadual de saúde e da educação do estado de Mato Grosso, tendo como metas e ações o que se segue:

#### **I. Promover o Crescimento Qualitativo e Quantitativo da ESPMT.**

- Expandir o número de vagas e cursos;
- Fortalecer as ações técnico-pedagógicas da ESPMT;
- Buscar parcerias com outras instituições para divulgação e troca de experiências;
- Estender e fortalecer as ações descentralizadas da ESPMT.

## **II. Implantação e Implementação de Projetos Pedagógicos.**

- Redefinir a concepção e a prática pedagógica-curricular acerca do conhecimento escolar, para promover às mudanças necessárias ao processo ensino-aprendizagem;
- Desenvolver atividades didático-curriculares de forma individual, grupais e coletivas;
- Valorizar a autonomia dos professores quanto à proposição de ações docentes, que envolvam a participação efetiva do corpo discente;
- Valorizar espaços de participação do quadro técnico e pedagógico na proposição de inovações didático-curriculares;
- Formar grupos de trabalho multiprofissional com objetivo de construir, revisar e produzir Material Didático.

## **III. Promover Atividades de Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão.**

- Incentivar nas atividades didático-curriculares o trabalho de campo nas unidades da SES-MT e demais instituições da área da saúde;
- Realizar pesquisas, seminários, conferência e oficinas em saúde;
- Fomentar junto ao corpo docente, técnico e discente a produção de revistas, periódicos, boletins informativos e jornais, para a divulgação e socialização das produções realizadas por estes setores;
- Implementar e fortalecer os canais de comunicação entre a ESPMT e comunidade escolar;
- Promover a formação continuada do corpo docente sobre os Fundamentos de Educação e sobre os referenciais teórico-metodológicos, que embasam a Proposta Pedagógica da Escola.
- Viabilizar tempo e espaços que possibilitem aos professores, técnicos e

alunos relatos e registros, sobre suas experiências pedagógicas com ampla divulgação na comunidade escolar.

#### **IV. Promover Educação Permanente e Continuada dos Profissionais do SUS.**

- Garantir o desenvolvimento profissional e pessoal dos profissionais de saúde através de capacitações, profissionalização de nível médio, especialização de nível médio e superior, para contribuir com a melhoria do atendimento na saúde, conforme a necessidade do SUS.
- Oferecer para realização de estudos de novas tecnologias aplicadas à educação e aos diferentes serviços da área de saúde, utilizando recursos tecnológicos disponíveis na escola;
- Garantir a participação de técnicos, professores e alunos em eventos científicos e pedagógicos na área da educação e da saúde.

#### **V. Avaliação das Ações Realizadas pelos Profissionais da ESPMT.**

- Os profissionais técnicos da ESPMT serão avaliados semestralmente pela Direção, através de seus coordenadores;
- Os professores serão avaliados pelos alunos, coordenadores de curso e/ou responsáveis técnicos;
- O Diretor será avaliado pelos semestralmente pelos coordenadores.

Por se tratar de uma Instituição Educacional, administrada de forma colegiada, os relatórios de avaliação deverão ser apresentados e discutidos nos respectivos colegiados e no Conselho Escolar, o qual deverá encaminhar procedimentos que se fizerem necessário.

## **4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESPMT**

A ESPMT para responder a finalidade da formação dos trabalhadores do SUS tem a sua estrutura organizada levando em consideração o binômio atividade-meio e atividade-fim, como elemento de sustentação de suas ações educativas e de sua existência institucional.

Enquanto atividade meio, a gestão escolar tem como função precípua assegurar e efetivar as condições políticas, técnicas, materiais, humanas e financeiras, voltadas para a execução das ações educativas explicitadas neste PPI, emanadas das políticas de educação permanente de saúde pública estadual e nacional.

Para tanto há que ser assegurado três princípios básicos orientadores da gestão democrática na Escola: autonomia, descentralização e participação. Neste sentido, privilegiam-se processos de tomada de decisões coletivas do corpo técnico, pedagógico e gerencial, em todas as instâncias de deliberações, considerando os interesses e necessidades da comunidade escolar.

Enquanto atividade-fim a ESPMT tem como compromisso educacional elaborar, executar, acompanhar e avaliar propostas pedagógicas inovadoras que respondam as necessidades formativas dos profissionais da saúde, para a melhorarem o atendimento, nas ações de prevenção, tratamento e reabilitação aos usuários do Sistema Único de Saúde.

### **4.1 *Estrutura de Gestão e Administração***

A ESPMT busca consolidar seu Projeto, organizando seu processo de trabalho administrativo, pedagógico e financeiro, para garantir a sua autonomia enfocando a responsabilidade de todos, em deixar de considerar os outros níveis da esfera administrativa educacional.

A Escola considera a dimensão pedagógica a sua essência, dada a natureza de sua função político-social e compreende que as questões administrativas e financeiras são essenciais, para garantir a sustentabilidade do seu saber pedagógico.

A articulação da Escola e a participação dos diferentes segmentos da sociedade em todo o Estado são garantidas através das salas de aula na sede e nas descentralizadas. Este fato representa uma conquista porque viabiliza a participação cada vez maior e mais expressiva da comunidade escolar, em relação à escola. Esta descentralização proporciona a existência de diferentes canais de comunicação através dos quais são levantadas necessidades e definidas ações, que consideradas as demandas serão contempladas no projeto político-pedagógico.

A gestão da administração desta escola é exercida através da função de direção e coordenação, onde coletivamente são integrados e articulados todos os elementos do processo organizacional, buscando convergir esforços e responsabilidades das pessoas, no sentido de atingir os objetivos e metas educacionais propostos por esta Escola.

- **Conselho Escolar**

O Conselho Escolar é a instância deliberativa, organizativa e consultiva que congrega e tem como representantes, os segmentos da comunidade escolar: Professores, Profissionais de nível superior do SUS, Técnicos de Nível Médio, Administrativos e Alunos.

Como instância máxima de deliberação coletiva da Escola, o Conselho Escolar deve resguardar em suas decisões, os interesses de ordem pública, visando a qualidade dos serviços educacionais, oferecidos ao Sistema Único de Saúde de Mato Grosso.

No cumprimento de suas funções deve privilegiar tomada de decisões, que implementem diretrizes políticas concernentes ao pedagógico, ao administrativo e ao financeiro desta Instituição. Na especificidade da função consultiva deve primar pela emissão de pareceres, propostas alternativas, soluções e procedimentos, para a melhoria das ações administrativas e, principalmente do processo ensino-aprendizagem.

- **Diretoria**

O Diretor escolar como liderança legitimada e responsabilidade de ofício de

organizar, coordenar e avaliar junto a cada segmento escolar e coletivamente as diferentes atividades da escola, efetivando a articulação político-pedagógica e administrativa intra e extraescolar, bem como com a comunidade em geral.

A Direção da Escola conta com uma equipe de profissionais que desenvolvem funções específicas junto às coordenadorias: Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE), Coordenadoria de Formação Técnica em Saúde (COFTES), Coordenadoria de Tecnologia de Educação à Distância (COTEAD) e Coordenadoria de Administração Escolar e respectivas Gerências Administrativa e de Documentação e Registro Escolar, bem como com Profissionais Técnicos do SUS, que compõem parte do corpo docente da Escola, como também os Técnicos Administrativos e Apoio, que buscam um fazer coletivo, comprometido com a transformação social e consolidação do SUS no Estado de Mato Grosso.

- **Coordenadorias**

Compete às Coordenadorias proporem, organizarem coordenarem, supervisionarem e avaliarem programas e projetos, bem como ações específicas voltadas para a execução das atividades fim e meio da Escola.

As referidas coordenadorias representam um dos aspectos da direção, significando a articulação e a convergência do esforço de cada integrante de equipes de trabalho, visando atingir os objetivos propostos no tempo e no espaço, programados pela Escola.

O respectivo coordenador tem a responsabilidade de integrar, reunir esforços, liderar, concatenar o trabalho de diversas pessoas, motivando e articulando o quadro de pessoal que a compõe, para a efetivação das ações e propostas a serem levadas a efeito pela Escola.

- **Recursos Financeiros**

A autonomia financeira consiste basicamente na existência de recursos financeiros capazes de dar à escola as condições de funcionamento.

Os recursos financeiros são liberados, através da Secretaria de Estado de Saúde e/ou outras Instituições, através de aprovação de Projetos, após cumpridas

as exigências legais.

As aplicações dos recursos obedecerão às prioridades estabelecidas pela Escola de acordo com o Plano de Trabalho Anual (PTA).

Os repasses e as prestações de contas deverão ser efetuados dentro do mesmo exercício financeiro da SES/MT.

Para garantir o repasse financeiro, a Escola elabora e encaminha à SES o seu PTA e Plano de Trabalho Mensal (PTM).

- **Avaliação, Acompanhamento e Controle da Gestão**

A Escola tem como procedimento a adoção de um processo constante do acompanhamento da execução das ações propostas e quando necessário replanejamento das ações e modificação destas.

Para avaliar as ações da ESPMT, serão considerados os seguintes aspectos:

- ✓ Participação dos grupos e/ou pessoas envolvidos na realização das respectivas ações;
- ✓ Impacto das ações desenvolvidas;
- ✓ Alcance qualitativo e quantitativo das ações realizadas;
- ✓ Fatores que facilitam ou dificultam o alcance dos objetivos;
- ✓ Estratégias para dar continuidade à execução de programas e projetos;
- ✓ Relatório da Comissão Própria de Avaliação.

- **Infraestrutura Física**

A ESPMT encontra-se localizada no Parque da Saúde “Zé Bolo-Flor”, distante aproximadamente 10 km do centro da cidade, tendo ao lado o Horto Florestal Municipal. A Escola ocupa uma área edificada de aproximadamente 2.500 m<sup>2</sup> (Dois mil e quinhentos metros quadrados), distribuída da seguinte forma:

- **Bloco A**

- ✓ Recepção com banheiros masculino e feminino;
- ✓ Protocolo;
- ✓ Sala da Gerência de Documentação e Registro (GDR);

- ✓ Sala da Diretoria;
- ✓ Sala dos Professores;
- ✓ Sala da Coordenadoria de Administração Escolar (COADES);
- ✓ Setor de Gestão de Pessoas da ESPMT;
- ✓ Sala da Gerência de Apoio Logístico/Gerência Administrativa;
- ✓ Sala da Coordenadoria de Tecnologia de Ensino a Distância (COTEAD);
- ✓ Sala da Comissão de Integração Ensino- Serviço Estadual (CIES);
- ✓ Sala do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da SES-MT;
- ✓ Auditório com 112 lugares com 01 sala de apoio e 01 sala de som;
- ✓ Hall de entrada do Auditório com Banheiro masculino e feminino;
- ✓ Sala do Ar Condicionado Central.

➤ **Bloco B**

- ✓ Biblioteca (com 03 salas ampliadas);
- ✓ Sala de CPD;
- ✓ Banheiro masculino e feminino;
- ✓ Sala de aula Sarã;
- ✓ Sala de aula Cumbaru;
- ✓ Sala de aula Angico;
- ✓ Sala de aula Aroeira;
- ✓ Sala de aula Cedro;
- ✓ Sala de aula Piúva;
- ✓ Sala de Aula Mogno;
- ✓ Sala de aula Peroba;
- ✓ Sala de aula Jacarandá;
- ✓ Áudio visual;
- ✓ Laboratório de Informática (com 25 computadores).

A **Biblioteca Silverino Márcio Meirelles** pertence à Rede de Biblioteca e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde - Brasil (**Rede BiblioSUS**) que tem como objetivo ampliar e democratizar o acesso às informações em saúde. Além disso, a Biblioteca possui uma **Estação BVS**, um espaço público com acesso gratuito à internet, que permite consultar bases de dados técnico-científicos em

Ciências da Saúde e textos completos produzidos por instituições acadêmicas e pelo SUS, disponibilizados na rede da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). A biblioteca permanece aberta no período de 07h às 18h, de segunda a sexta feira.

Em parceria com a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), a **VídeoSaúde Distribuidora** filial MT tem como objetivo a guarda, produção e disseminação de materiais audiovisuais em saúde, que tem a missão de compartilhar conhecimento. Atua na pesquisa, captação, catalogação, e distribuição de produtos audiovisuais, de forma a contribuir para o fortalecimento do SUS e a melhoria das condições de vida e saúde da população brasileira. A VídeoSaúde oferece, ainda, o serviço de copiagem em DVD dos vídeos licenciados de seu acervo. A aquisição das cópias pode ser feita por qualquer pessoa, física ou jurídica. As reproduções de vídeos/DVD, quando solicitadas por discentes, professores e servidores da ESPMT/SES-MT também são gratuitos.

#### ➤ **Bloco C**

- ✓ Refeitório;
- ✓ Sala de Refrigeração;
- ✓ Cozinha;
- ✓ Dispensa/ cozinha;
- ✓ Dispensa;
- ✓ Sala de reprodução de materiais gráficos (fotocópias)
- ✓ Dispensa material de limpeza;
- ✓ Almoxarifado;
- ✓ Banheiro/ masculino e feminino;
- ✓ Câmaras frias;
- ✓ Depósito de Gás;
- ✓ Copa;
- ✓ Salas da COEPE;
  - Sala 03, 05, 07, e 09 - Equipe Técnica da COEPE (com banheiro);
- ✓ Salas da COGEPE;
  - Salas 01 (A e B) - Equipe Técnica da COGEPE;
- ✓ Salas da COFTES
  - Salas 02, 04, 06, 08.10 e 12 - Equipe Técnica da COFTES (com

- banheiro);
- ✓ Salas da COTEAD;
  - Sala 11 - com estrutura para gravação de vídeo aula (com banheiro);

Estacionamentos laterais e fundos, com capacidade de 80 vagas.

Toda a estrutura física da Escola encontra-se carente de reforma, bem como a reposição de móveis e equipamentos, como também materiais de consumo.

## **4.2 *Trabalhadores da Área Pedagógica e Técnica***

A ESPMT possui em sua sede um quadro efetivo de profissionais de nível superior nas diversas subáreas de formação profissional de saúde e afins, que assumem o cargo de Profissional de Nível Superior do SUS e atuam no planejamento, na coordenação, acompanhamento e eventualmente, como docentes nos cursos das subáreas específicas da saúde.

Os docentes da ESPMT são profissionais do SUS, pertencentes à rede Municipal, Estadual, Federal e/ou contratados, quando necessário.

Os profissionais acima referidos, após credenciamento, via edital são selecionados antes da execução dos cursos, e na sua grande maioria participam de capacitações e oficinas pedagógicas promovidas pela ESPMT, respeitadas as especificidades das modalidades dos cursos a serem oferecidos e realizados, na abrangência das subáreas da saúde.

## **4.3 *Perfil de Ingresso***

No processo de educação permanente em saúde, a ESPMT atende aos trabalhadores vinculados às instituições do SUS-MT, pessoas da comunidade e representantes dos movimentos sociais, oferecendo cursos de formação profissional e qualificação profissional nível técnico e superior por meio de especializações, palestras, seminários, capacitações e outros.

#### **4.4 Perfil do Egresso**

A ESPMT, tendo com função precípua promover a formação de trabalhadores sob a ótica da educação permanente em saúde para o SUS/MT, visa contribuir na construção de identidades profissionais autônomas, conscientes e responsáveis pelo atendimento, implementação e transformação das ações de saúde pública, oferecidas à população mato-grossense.

Todo esforço técnico-pedagógico dos agentes educativos desta Escola tem como foco o desenvolvimento de competências nos trabalhadores da saúde, voltadas para um atendimento humanizado, técnico, tecnológico e cientificamente qualificado.

Nos projetos pedagógicos de cursos são estabelecidas as especificidades necessárias à formação do trabalhador para enfrentar os desafios mundo do trabalho, considerando as condições locais e regionais no seu campo de atuação.

Nesse sentido, a ESPMT busca formar profissionais capazes de assumir uma postura crítica, reflexiva e transformadora na perspectiva do direito à saúde de todos os cidadãos e de serviços que promovam a qualidade de vida da sociedade mato grossense.

## 5 FUNDAMENTOS DA AÇÃO PEDAGÓGICA NA ESPMT

### 5.1 *Educação para o Trabalho em Saúde*

Ao discutir a educação para o trabalho em saúde, faz-se necessário reconhecer o caráter complexo e singular que caracteriza este campo de atuação, delimitando os princípios teóricos e metodológicos que o fundamentam, bem como os desafios que o distinguem de qualquer outro.

Para os fins deste projeto institucional, entendemos como *trabalhadores da saúde* os que “se inserem direta ou indiretamente na atenção à saúde, podendo ter ou não formação específica para as funções atinentes” e *trabalhadores do SUS* os que “se enquadram tanto como profissionais ou trabalhadores da saúde, inseridos na atenção à saúde nas instituições no âmbito do SUS” (MACHADO e XIMENES NETO, 2018, p. 1973), bem como em suas instâncias gestão.

O trabalho em saúde é um serviço essencial à vida e seu processo de trabalho é caracterizado pela complexidade, a heterogeneidade e a fragmentação. Tal complexidade decorre da diversidade das profissões e profissionais, dos usuários, das tecnologias utilizadas, das relações sociais e interpessoais, das formas de organização do trabalho, dos espaços e ambientes de trabalho, entre outros aspectos.

A complexidade do campo da saúde também se reflete em seus níveis de tomada de decisões. Apesar dos avanços alcançados na implementação de ações e serviços de saúde, subsistem problemas de ordem gerencial e assistencial que repercutem negativamente sobre a qualidade da atenção à saúde. Os desafios dos processos de gestão próprios de um sistema de saúde descentralizado e hierarquizado no cenário federativo brasileiro e o processo de reorientação do modelo de atenção no SUS, que se pretende ser organizado na lógica de Redes (BRASIL, 2014), exigem dos gestores constante desenvolvimento não só de conhecimentos, mas também atualização em ferramentas de gestão, a fim de que possam responder às novas exigências conjunturais.

Além disso, aliado à complexidade de se desenvolver um cuidado coordenado

em equipe em diferentes espaços de cuidado, há o enfrentamento dos desafios do crescimento acelerado do conhecimento e da constante incorporação de novas tecnologias materiais e imateriais. As mudanças nos processos de trabalho em saúde, com novas formas de organização do trabalho, tendo em vista o desenvolvimento de modelos de atenção voltados para a qualidade de vida, para a busca da melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços (dado o caráter multiprofissional e interdisciplinar desta produção), tornam imperativas sua compreensão global, a maior articulação entre os diversos setores, maior integração das ações dos diferentes agentes que atuam na área e a recomposição dos trabalhos antes parcelados.

Os desafios impostos pela transição demográfica e epidemiológica, com o envelhecimento da população e a prevalência das doenças crônicas, pela manutenção e ampliação das desigualdades entre as populações e pela facilitação do acesso às informações sobre saúde propiciada pela internet, reduzindo a verticalidade na relação profissional-usuário, também têm reflexos importantes sobre os objetivos da formação e qualificação para o trabalho em saúde.

O trabalho em saúde é carregado de subjetividade. Sua essência está no aspecto relacional, que exige dos trabalhadores uma formação de qualidade, sua educação permanente e o desenvolvimento de competências específicas para atender às demandas do campo do trabalho sanitário.

Assim, as transformações ocorridas nas últimas décadas nos diversos âmbitos, social, cultural, político-econômico e científico-tecnológico, em especial no campo da saúde, têm tensionado os processos de formação nessa área. Além das transformações globais, também influenciam os processos educacionais, os aspectos relacionados aos contextos singulares onde a formação de pessoas para atuar no campo da saúde efetivamente acontecem.

Apesar do Sistema Único de Saúde ter como uma de suas funções precípuas o ordenamento da formação em saúde, nem sempre é possível imprimir seus princípios e diretrizes nos objetivos que norteiam todos os processos de formação em saúde no país, especialmente quando se trata de instituições privadas.

De acordo com Coelho, Padilha e Ribeiro (2018, p. 02)

O mercado é segmentado e cada segmento desenvolve sua própria

visão de mundo e de necessidades, seja de saúde, seja de serviços de saúde e também da formação que os profissionais que lá atuam deveriam ter. (...) a participação crescente do setor privado na oferta dos serviços de saúde e no ensino vem transformando o cenário político-institucional na educação. Quando essas instituições formadoras se perguntam que profissional de saúde querem formar, as respostas acabam por atender aos interesses nem sempre coincidentes com aqueles citados pelos organismos internacionais e governamentais.

A forte privatização da educação superior no Brasil, contrariando a legislação sanitária e a normatização do CNS, reflete-se na expansão do ensino superior em saúde realizado por instituições privadas, que “passou de 538 cursos (52,1% do total dos cursos), em 1995, para 4.105 cursos (79% do total de 5.222 cursos), em 2015, dominando o ensino em áreas como a Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia, Nutrição e Biomedicina” (MACHADO; XIMENES NETO, 2018, p. 1974).

Mesmo considerando as políticas de Gestão da Educação na Saúde estabelecidas nas últimas décadas, a formação dos trabalhadores para o SUS ainda carece transpor obstáculos como: o modelo flexneriano, que se mantém em grande parte dos currículos, com a formação centrada ainda na clínica hospitalar e na especialidade e a manutenção do paradigma hegemônico da cura, em detrimento às práticas comunitárias de prevenção e promoção da saúde; os profissionais, a exemplo de enfermeiros, médicos e odontólogos, que não vivenciam uma formação voltada para a atuação na saúde pública, o que dificulta a compreensão, o planejamento e a organização do processo de trabalho, a efetivação de projetos terapêuticos humanizados e o trabalho em equipe; a dificuldade de exploração de outras dimensões do cuidado que não só o biológico, entre tantos outros. (MACHADO; XIMENES NETO, 2018. & COELHO, PADILHA e RIBEIRO, 2018)

Outro aspecto relevante está nas “práticas educacionais prevalentes ainda estruturadas pela perspectiva de aplicação prática de um saber teórico fragmentado sob a ótica disciplinar, cujo sentido é atribuído, sobretudo, ao seu valor acadêmico intrínseco independentemente do contexto” (COELHO, PADILHA, RIBEIRO, 2018, p. 9).

Davini (1995) afirma que a reestruturação dos processos de formação dos profissionais da saúde pode ser explicada tanto pelas necessidades individuais, já que o homem tem se sentido cada vez mais incompleto e em desenvolvimento,

quanto pelas necessidades advindas das próprias organizações sociais, que passaram a requerer a incorporação de processos de educação permanente vinculados a programas de desenvolvimento sustentáveis como meio de garantir a melhoria do acesso à saúde.

Exige também considerar a concepção de saúde que têm como referência doutrinária a Reforma Sanitária e o paradigma da Promoção da Saúde em que a integralidade, equidade, multisetorialidade e a interdisciplinaridade, entre outros, tornam-se fundamentais para o desenvolvimento das práticas profissionais que ocorrerão nos mais diferentes espaços da saúde. Assim, o paradigma político-assistencial torna-se também político-pedagógico, orientando as propostas de educação para o setor.

É neste panorama que se inserem as Escolas Técnicas de Saúde e Escolas de Saúde Pública criadas no SUS com a missão de, articuladas aos serviços de saúde e instâncias de gestão nos níveis macro e micropolíticos, desenvolver iniciativas educacionais voltadas ao desenvolvimento de perfis de competência condizentes com as políticas públicas de saúde, que capacitem o trabalhador considerando sua inserção nos autênticos cenários de prática cheios de incertezas e que valorizem o cotidiano do trabalho em saúde e seus problemas como disparadores da aprendizagem, de modo a responder efetivamente às necessidades relativas ao processo saúde-doença-cuidado das comunidades em suas diversas nuances.

## **5.2 Educação Permanente em Saúde**

A formação de trabalhadores na área da saúde constitui-se um dos pilares importantes para efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS). Devido a necessidade de delinear políticas para formação de trabalhadores para setor com vistas ao desenvolvimento tecnológico e científico, e com articulação dos componentes gestão, atenção, controle social e ensino, o Ministério da Saúde publica a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) como estratégia para formação e o desenvolvimento de trabalhadores para SUS (BRASIL, 2009).

Desta forma, o cotidiano dos serviços de saúde passa a ser considerado o espaço privilegiado para a adoção das práticas de Educação Permanente em Saúde (EPS) relacionadas à atenção à saúde, gestão, educação e controle social, compondo o quadrilátero da formação, como dispositivo de qualificação das práticas de saúde e de educação dos profissionais de saúde (BRASIL, 2009, CECCIN; FEUERWERKER, 2004).

No desenvolvimento das práticas de EPS, o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano dos serviços de saúde na possibilidade de transformar as práticas profissionais (BRASIL, 2009; 2018).

A educação permanente pode ser entendida como aprendizagem-trabalho, ou seja, ela acontece no cotidiano das pessoas e das organizações. Ela é feita a partir dos problemas enfrentados na realidade e leva em consideração os conhecimentos e as experiências que as pessoas já têm (BRASIL, 2009, p. 20).

A PNEPS surge como ação estratégica do SUS para a formação dos trabalhadores para a saúde com o propósito de romper e questionar a lógica das capacitações, do ensino na saúde fragmentado e tradicional, para uma formação de profissionais com capacidade ampliada para resolução de problemas.

Caracteriza-se, portanto, como uma intensa vertente educacional com potencialidades ligadas a mecanismos e temas que possibilitam gerar reflexão sobre o processo de trabalho, autogestão, mudança institucional e transformação das práticas em serviço, por meio da proposta do aprender a aprender, de trabalhar em equipe, de construir cotidianos e eles mesmos constituírem-se como objeto de aprendizagem individual, coletiva e institucional (BRASIL, 2018, p. 16).

A EPS tem como finalidade de promover processos educativos que possibilitem problematizar a complexidade do campo da saúde (gestão, atenção à saúde e educação) para qualificar profissionais para compreensão das dimensões do cuidado à vida e nas intervenções na promoção da saúde, garantia do acesso e estímulo a participação do controle social. São dimensões que transcendem o saberes técnico-científicos no processo de trabalho em saúde (BRASIL, 2009; CECCIN; FEUERWERKER, 2004).

Na atual conjuntura, o desafio da PNEPS é compreender o trabalho como

cenário de aprendizagem (dimensão pedagógica) e de compromisso com a transformação da realidade (dimensão política) através da construção de conhecimentos a partir da (re) significação de saberes. Para isso, o trabalhador deverá se (re) conhecer como protagonista e agente transformador da realidade na qual se insere. Outro ponto importante é ter uma formação para e no SUS voltada para atendimento das necessidades da população (BRASIL, 2018a; 2018b).

Frente a esses desafios, o Ministério da Saúde publica o Programa de Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS (PRO EPS-SUS), com intuito de promover a “articulação de parcerias institucionais entre serviço e ensino, educação e trabalho, numa perspectiva dialógica e compartilhada” (BRASIL, 2018b, p. 10). Nesse contexto,

fortalecer a EPS como norteadora de novas práticas que orientam a reflexão sobre o processo de trabalho e a construção de atividades de aprendizagem colaborativa e significativa, favorecendo o trabalho em equipe, a gestão participativa e a corresponsabilização nos processos de ensino-aprendizagem, para o alcance dos objetivos estratégicos do SUS (BRASIL, 2018b, p. 10).

As Escolas de Saúde Pública (ESP) e as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) são consideradas como espaços estratégicos para a articulação da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde nos estados e municípios. Esses espaços formadores exercem ações articuladoras para planejamento e execução de projetos executivos sob a ótica da EPS.

A ESPMT assume os princípios da EPS para elaboração e desenvolvimento de processos educativos, utilizando metodologias de ensino aprendizagem que possibilitem a reflexão da prática e (re) significação do processo de trabalho em saúde. Assim, ESPMT ressalta seu compromisso com a formação de trabalhadores para e no SUS de Mato Grosso sob a luz da PNEPS.

### **5.3 Metodologia de Ensino Aprendizagem**

As opções metodológicas educacionais da ESPMT consideram o contexto de transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e tecnológicas do mundo atual e que impactam de forma significativa na vida das pessoas, nas relações

estabelecidas entre elas, no mundo do trabalho e, por conseguinte, na escola e no processo educacional.

Na contemporaneidade, vivemos momentos de inconstância e relatividade da verdade e é nesse contexto, que situa-se também a escola, com seus processos, com os sujeitos que a constituem e com as relações docente-estudante-conhecimento, (DIESEL, 2017)

Parafraseando Freire (2011, p.37) dizemos: “O homem está no mundo e com o mundo... e isto o torna capaz de relacionar-se, de sair de si, de projetar-se nos outros, de transcender.” A capacidade de reflexão é própria do homem e este reflete sobre a sua realidade. Ao refletir sobre a sociedade o homem pode transformá-la e a educação é essencial ao processo de reflexão. O educador, ao assumir uma postura que valoriza a reflexão, a criticidade e a transformação da realidade, nega a compreensão do sujeito que aprende como submisso, resignado e necessitado de adaptação social.

Assim compreendemos que ensinar é muito mais que treinar destrezas, ensinar não é transmitir conhecimentos, é criar possibilidades para a construção dos conhecimentos. Ensinar é aprender, pois foi aprendendo que os homens descobriram que podiam ensinar. O ensinar-aprender, enquanto prática educativa é indissociável da responsabilidade ética e do preparo científico (FREIRE, 2017).

Considerando essas prerrogativas, a ESPMT investe no método ativo de ensino e aprendizagem no qual;

- 1) O aluno passa a ser o centro do processo de aprendizagem e o conseqüentemente o aprender assume maior destaque do que o ensinar.
- 2) Ao assumir o papel central do processo de ensino aprendizagem o aluno deve (ser estimulado à) abandonar a postura passiva de recepção de conhecimentos e assumir sua autonomia na construção dos conhecimentos.
- 3) Estimula-se o a ação intelectual dos alunos através da reflexão crítica para compreensão da realidade e/ou de todas as realidades possíveis,
- 4) Valoriza-se as discussões e trocas, estimulando a prática social dos alunos, a aprendizagem coletiva e o trabalho em equipe.
- 5) Valoriza-se e estimula-se a inovação, a criação de estratégias de aprendizagem que visem transcender o processo de transmissão

mecânica do conhecimento.

- 6) Valoriza-se e estimula-se a prática docente que apoia, facilita, media, compreende a centralidade do aluno no processo de aprender, sua autonomia na construção do conhecimento, através de estratégias de aprendizagem problematizadoras e que provoquem a reflexão.

Considerando essas prerrogativas, reafirmamos que, a ESPMT busca operacionalizar suas propostas educacionais através de estratégias inovadoras, que consideram o processo de ensino-aprendizagem como uma concepção educativa que estimula processos de ação-reflexão-ação, em que o estudante tem uma postura ativa em relação ao seu aprendizado, o qual é construído através de problemas que lhe desafiem e estimulem o estudo e a construção crítico-reflexiva do conhecimento (GEMIGNANI, 2012). Nessa perspectiva, o estudante assume o protagonismo do seu processo de aprender e o professor assume o papel de facilitador/mediador.

Assim, cabe ao professor, não mais o *status* de dono e transmissor do saber, mas o de agente facilitador do processo ensino-aprendizagem, com competência científica, técnica, política, ética e metodológica, apoiando e efetivando em conjunto com o grupo de educandos, todo o processo de ensino-aprendizagem.

É importante compreender que estas estratégias metodológicas de ensino aprendizagem devem ir além do processo de ensinar/aprender. Exige-se um novo modelo de relação e de interação entre professor/aluno/realidade, o qual se desenvolverá num clima democrático, sustentado pelo diálogo, respeito, igualdade e solidariedade.

Com base no explicitado, há necessidade de os docentes buscarem novos caminhos e novas metodologias de ensino que foquem no protagonismo dos estudantes, favoreçam a motivação e promovam a autonomia destes. Assim, atitudes como oportunizar a escuta aos estudantes, valorizar suas opiniões, exercitar a empatia, responder aos questionamentos, encorajá-los, dentre outras, são favorecedoras da motivação (BERBEL, 2011) e da criação de um ambiente favorável à aprendizagem.

Para tanto, é necessário que toda a equipe de profissionais e docentes da ESPMT tenha clareza e domínio dos fundamentos teóricos, que sustentam este

currículo e sua metodologia, bem como suas implicações no processo de ensinar/aprender. Para tanto, a ESPMT tem oferecido e estimulado a realização de Cursos de Capacitação Pedagógica para os profissionais do SUS.

#### **5.4 Currículo Integrado**

O currículo escolar é aqui entendido como o conjunto de conhecimentos culturais, as experiências e atividades educativas realizadas e vividas pelos alunos, sob a orientação da Escola, tendo em vista os objetivos educacionais por ela propostos.

É um processo formativo dinâmico, flexível, sujeito a inúmeras influências e múltiplas determinações político, sócio-histórico e cultural. Apresenta como estratégia metodológica a interdisciplinaridade no enfoque da Aprendizagem Significativa, priorizando a construção de uma postura crítica e consciente do trabalhador, diante dos elementos determinantes do mundo do trabalho e da produção, no contexto de sua existência humana.

O currículo escolar voltado para a formação dos trabalhadores da saúde deve promover o direito a uma educação formal e profissional como condição fundamental para a satisfação das necessidades dos alunos/profissionais e dos usuários do SUS de Mato Grosso, tendo como desafio formar profissionais de saúde com competências que lhes permitam uma atuação multidisciplinar e integral, com enfoque na dimensão do cuidado e na melhoria das relações humanas (BERBEL, 2011; GRAVE et al, 2017).

Observadas estas características, o currículo escolar voltado para a formação do profissional da área da saúde deve ser minuciosamente construído e amplamente debatido pela comunidade escolar e sociedade, uma vez que determinará o perfil profissional resultante desse processo de formação, com atribuições legitimadas pela prática da profissão.

Esta Escola tem como referência o Currículo Integrado, constituído de práticas sociais do sujeito que aprende e do sujeito que ensina mediado pelos múltiplos saberes, articulando institucional e dinamicamente o Trabalho, o Ensino, a Prática, a Teoria e a Comunidade, objetos do conhecimento nesta relação (DAVINI, 1983).

Como requisito primordial para o desenvolvimento de competências dos

trabalhadores da saúde, se toma evidente a necessidade da compreensão pelos gestores e professores formadores desta Escola de que, ao efetivarem o processo ensino aprendizagem destes sujeitos trabalhadores, sejam considerados os pressupostos, conforme preconiza Ramos (2001).

- a) Compreender as experiências de vida, sabendo-se que na sociedade capitalista o trabalho, como categoria ontológica, toma a forma específica de mercadoria ao mesmo tempo em que produz riqueza social;
- b) Compreender que a integração da experiência de vida com a experiência escolar ocorre de forma diferente para a classe trabalhadora e para a classe dirigente;
- c) Promover a observação do real, captando o fenômeno imediatamente percebido e procurando captar e compreender sua essência;
- d) Partir do senso comum dos trabalhadores e de suas experiências mais imediatas, visando superar o senso comum pela construção de uma concepção de mundo unitária e compreendendo que as experiências são historicamente determinadas pelas condições de classe.
- e) Interdisciplinarmente tratar a ciência, a economia e a cultura, buscando revelar um movimento permanente de construção e reconstrução das pessoas e do mundo cultural, material, social e político, os quais devem estar a serviço de todos os cidadãos.

Ciente disso, a formação do profissional na Saúde tem, entre seus desafios, munir o educando de conhecimentos para o exercício das competências e habilidades gerais, considerando que os profissionais estão em constante processo de aprendizagem e produção de saúde, conforme demonstrado pelas diretrizes da Educação Permanente em Saúde (CECCIM, 2012; GRAVE *et al*, 2017)

De um modo geral, a adoção por parte desta Escola da tríade “saber, saber fazer e saber ser” como modelo de ensino-aprendizagem, não pode representar apenas a adaptabilidade do trabalhador à interiorização de valores de uma instituição ou de um serviço. Mas, sobretudo, permitir que sejam possibilidades para obtenção e manutenção dos direitos sociais, culturais e econômicos que devem ser garantidos ao cidadão trabalhador. Devem “ser capazes de desencadear uma visão integral, de interdependência e de interdisciplinaridade, além de possibilitar a

construção de redes de mudanças sociais, com a consequente expansão da consciência individual e coletiva”. (GRAVE *et al*, 2017, p. 2)

Em síntese, o desenvolvimento de competências deve ser visto na direção do desenvolvimento das potencialidades humanas do trabalhador da saúde, e não como fator econômico a serviço do mercado de trabalho.

Isto posto, destaca-se a necessidade da compreensão pelos profissionais que fazem educação para e na saúde (formação e a qualificação de sujeitos trabalhadores) quanto a observância e domínio das dimensões pessoal, institucional, profissional e contextual dos usuários do SUS/MT, exigidos pela concepção da proposta pactuada pela Escola, no processo de ensinar e aprender. Quanto a não observância desses pressupostos, predominará uma conotação utilitarista e pragmática do conhecimento, resumindo-o a uma lista ou conjunto de operações que se espera ver realizada pelos trabalhadores. Este fato resultará na queda do processo ensino-aprendizagem diante do pragmatismo inerente ao modelo neo-tecnicista educacional.

Quanto ao enfoque no Currículo por Competência como proposta para a ESPMT, verifica-se que este é um processo em amadurecimento e construção, tendo em vista as experiências vivenciadas por esta Escola. Sendo assim, fica evidenciada a necessidade da redefinição do aporte teórico metodológico que dá sustentação a este currículo no seu conjunto, com amplo debate e envolvimento da comunidade escolar e da sociedade. Do contrário, esta Escola comprometerá sua missão, compreendida e efetivada com uma formação profissional condizente com as necessidades individuais e coletivas dos trabalhadores da saúde, do mundo do trabalho, e dos objetivos educacionais consignados nesta proposta.

Além do mais, os trabalhadores da saúde devem ter consciência de que são as suas ações cotidianas que consolidarão ou não o Sistema Único de Saúde, cabendo a esta Escola o papel de auxiliar neste processo de emancipação político social em que o trabalhador do SUS de Mato Grosso esteja inserido.

## **5.5 Avaliação do Processo de Ensino Aprendizagem**

### **5.5.1 Avaliação Curricular**

Considerando que a Escola trabalha com o currículo organizado na forma de área de estudos, utilizando-se como estratégia metodológica a interdisciplinaridade com enfoque na Problematização, acreditamos que o trabalho docente requer avaliação contínua e formativa, quando se tem como objetivo estruturar todo e qualquer trabalho pedagógico, uma vez que a avaliação retoma o trabalho anterior para que este sirva de base para elaboração coletiva. A avaliação dar-se-á durante todo o ano, buscando a reelaboração permanente do trabalho desenvolvido com vistas a transformar em registre escrito a prática realizada de forma a promover a práxis na educação.

### **5.5.2 Instrumentos de Avaliação Curricular**

O currículo escolar representa uma construção social, política e histórica da instituição, que tem em seu escopo um conjunto de saberes, práticas e experiências julgadas importantes e ligadas a realidade e ao enfrentamento dos problemas sociais, de forma a integrar o processo formativo proposto e atender as demandas do SUS. São todas as experiências e vivências realizadas e adquiridas pelos envolvidos no processo educativo, conforme os objetivos propostos pela instituição (MORAES; COSTA, 2016).

Por se tratar de um processo vivo, dinâmico e que necessita ser constantemente revisitado, a avaliação curricular se faz necessária, como forma de assegurar que o processo educativo seja plenamente realizado. Como trata-se de uma atividade de interesse da comunidade escolar, reuniões ampliadas e debates são necessários para que se possa avaliar de forma ampla e aprofundada, cujas características principais seriam:

- De natureza coletiva, para organizar a prática pedagógica (conexão dos diferentes fazeres e saberes) como um todo, resguardando espaço de participação de todos os envolvidos no processo educacional;

- Discussão e reflexão das especificidades dos cursos oferecidos pela ESPMT;
- Integração entre os docentes, visando exercitar e garantir a interdisciplinaridade;
- Participação da comunidade escolar para manifestar suas opiniões sobre o processo ensino aprendizagem;
- Reflexão com o corpo discente sobre o processo ensino aprendizagem, possibilitando a realização de avaliação dos atores envolvidos;
- Entrevistas com a coordenação e professores; e
- Troca de informações e avaliação conjunta do planejamento e da prática.

### **5.5.3 Avaliação da Aprendizagem**

Concebe-se a avaliação como uma atividade humana intencional, consciente e, posteriormente, traduzida em resultados efetivos incorporados pelos indivíduos que lhe atribuem significados (CAVALCANTE; MELO, 2015).

Isso implica assumir que a atividade de avaliação não deve ser tomada pelos sujeitos que a praticam, considerando-se exclusivamente o que pode ser observado e quantificado, porque, se “a aprendizagem requer elaboração e reelaboração intelectual pessoal, sua avaliação também deve se referir a isso” (DIAS SOBRINHO, 2004, p. 120). Há que se considerar também o contexto sócio cultural onde ocorrem essas atividades, porque ambas estão relacionadas à autonomia e à construção de saberes implícitos nesse processo.

A avaliação em uma escola democrática e interdisciplinar necessita transgredir todas as regras de controle, de coerção e de punição costumeiramente utilizadas em sala de aula, tradicionalmente aplicadas por meio de instrumentos, com atividades fechadas, pontuais e voltadas para o desenvolvimento da memorização e da repetição de conhecimentos, onde o foco é a nota assumindo um caráter meramente normativo.

A proposta de uma educação voltada aos trabalhadores da Saúde, atrelada as Políticas de formação de Recursos Humanos para o SUS, tem exigido da ESPMT a adoção de um novo modelo de avaliação, que seja mais formativa, integrada à ação

pedagógica e aplicada a prática, através de instrumentos que levem o aluno a pensar e a desenvolver suas potencialidades cognitivas e que possam aplicar os conhecimentos adquiridos em situações do cotidiano do trabalho.

A razão da existência da ESPMT e do ensino por ela oferecido deve ser garantir da aprendizagem do aluno. Assim, a avaliação escolar deve ser um processo interativo, negociado, e tenha como fundamento os paradigmas da Pedagogia da Autonomia.

Manifesta-se através de instrumentos capazes de verificar as competências desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem, de forma que os docentes consigam mensurar quanto aos avanços e dificuldades apresentadas pelos alunos, com o intuito de reorganizar e/ou reestruturar o processo ensino-aprendizagem, por meio de relações partilhadas e cooperativas entre os atores sociais que dela fazem parte. Nesta perspectiva, avalia-se sempre para promover ao aluno o avanço quanto ao seu itinerário formativo.

Partindo deste pressuposto, a avaliação será planejada, considerando as três dimensões:

- **Diagnóstica** - permite ao professor realizar um diagnóstico inicial, verificando em que estágio ou nível de aprendizagem encontram-se os alunos, com o objetivo de estruturar o processo de ensino-aprendizagem, a partir do conhecimento prévio e das experiências dos mesmos. A função diagnóstica inicial permite detectar os atributos que os alunos já possuem, contribuindo para a estruturação do processo de ensino-aprendizagem a partir do conhecimento de base dos mesmos. A avaliação diagnóstica inicial deve tentar recolher evidências sobre as formas de aprender dos alunos, seus conhecimentos e experiências prévios, seus erros e concepções (EPJV, 2008).
- **Formativa** - é uma avaliação centrada diretamente e imediatamente na gestão do processo ensino-aprendizagem, e permite ao professor observar metodicamente os alunos, de modo a ajustar sistematicamente e de maneira individualizada as intervenções pedagógicas para garantir o desenvolvimento e o aprimoramento da aprendizagem.

Segundo Perrenoud (1999), esta modalidade de avaliação tem uma

intencionalidade, que é avaliar o caminho já percorrido por cada aluno, e o que resta a percorrer, com vistas a intervir para otimizar os processos de aprendizagem em curso.

A função formativa da avaliação permite identificar o nível de evolução dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, através do ajuste constante entre o processo de ensino e o de aprendizagem, para ir-se adequando à evolução dos alunos e para estabelecer novas pautas de atuação em relação às evidências sobre sua aprendizagem. Esse momento de avaliação pode utilizar as mesmas estratégias/instrumentos de recolhimento de informação da avaliação diagnóstica inicial, combinados ou não entre si (EPJV, 2008).

- **Somativa** - é a junção da avaliação diagnóstica e formativa e tem como propósito averiguar o progresso do aluno no final de cada unidade de aprendizagem, permitindo aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem. Corresponde a um balanço final, a uma visão da totalidade e que, até então, eram visualizados de maneira parcelada. “Quando realizada como ápice de um processo formativo, sua legitimidade em relação às normas de competências depende de o programa de formação ter sido planejado segundo essas mesmas normas, permitindo-se que se conclua a partir do resultado das avaliações processuais sobre as condições de desempenho do indivíduo segundo as normas especificadas” (EPJV, 2008).

As dimensões da avaliação, aqui definidas, aplicam-se a todos os cursos ofertados pela ESPMT. Entretanto, por opção institucional, os modelos de avaliação adotados pelos cursos de Educação Profissional de Nível Técnico e Pós-técnico e dos cursos de Especialização *lato sensu* são distintos, a saber:

#### **5.5.4 Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico**

Nos cursos de **Educação profissional de nível técnico** aplica-se a **Avaliação por Competências**, por compreender que esta metodologia seja mais coerente com o currículo preconizado para esta modalidade formação, cujo detalhamento encontra-se neste documento, no subitem “Educação Profissional”. Segundo o

Dicionário da Educação Profissional em Saúde “a ‘avaliação por competências’ é um processo pelo qual se compilam evidências de desempenho e conhecimentos de um indivíduo em relação a competências profissionais requeridas” (EPJV, 2008).

A avaliação da aprendizagem por competência tem por objetivos:

- I. Verificar os valores, conhecimentos e habilidades adquiridas pelo aluno;
- II. Acompanhar o processo de ensino aprendizagem, identificando os progressos, os sucessos e as dificuldades do aluno, visando recuperá-lo ou promovê-lo, conforme o caso;
- III. Aperfeiçoar, reorganizar e, quando for o caso, reorientar o processo de ensino aprendizagem;
- IV. Verificar se os alunos alcançaram os objetivos e/ou desempenhos finais esperados e deverá:
  - a) Ser dinâmica, contínua e cumulativa;
  - b) Ter ênfase nas modalidades Diagnóstica e Formativa
  - c) Basear-se nos atributos das competências
  - d) Valorizar os resultados obtidos ao longo do processo educativo.

A **Avaliação Diagnóstica** ocorre no início de cada módulo, detectando o grau de conhecimento dos alunos, em relação aos objetivos e conteúdos propostos, objetivando facilitar o planejamento e execução do plano de trabalho. A Avaliação será durante o processo de ensino-aprendizagem visando verificar se os alunos já dominam determinado assunto, sua capacidade de desempenhar tarefas, bem como quais competências já foram adquiridas, habilidades desenvolvidas e deficiências detectadas visando a adoção de estratégias alternativas de ensino.

Para análise do desempenho foram definidos alguns critérios gerais que deverá nortear o trabalho pedagógico, como a interação nos diferentes processos de aprendizagem, que abrange as competências de:

- I. Participação e envolvimento;
- II. Capacidade de relacionar-se;
- III. Capacidade de resolver conflitos;
- IV. Abertura para o diálogo;
- V. Autonomia nas questões de caráter individual e coletivo,
- VI. Responsabilidade.

A avaliação será feita confrontando-se as observações e as diversas formas

de registro, incluindo resultados obtidos em verificações no processo educativo. Esta estará a serviço do desenvolvimento do aprendente e dos objetivos propostos

São definidos para o trabalho pedagógico de avaliação, no geral, os seguintes instrumentos:

- I. Observação;
- II. Portfólio;
- III. Autoavaliação;
- IV. Diários de trabalho;
- V. Entrevistas;
- VI. Pesquisas;
- VII. Exposições de Trabalho em grupo;
- VIII. Textos diversos: Inventários, Relatórios, Trabalhos Científicos.

A autoavaliação é valorizada e estimulada, por constituir um instrumento indispensável ao envolvimento do educando no processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação das atividades práticas será feita pelo Professor/preceptor e/ou articuladamente com o responsável pelo Serviço onde as atividades são realizadas segundo as normas estabelecidas na programação específica.

#### **5.5.5 Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu***

Nos **cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*** aplica-se a **Avaliação por Conceitos** porque a ESPMT não ter um corpo docente fixo, a construção da unidade de ensino de forma a gerar informações que sejam úteis para avaliar o educando por competências é um desafio ainda não vislumbrado. Por este motivo, opta-se pelo modelo de avaliação por conceitos, cujo detalhamento encontra-se neste documento no subitem Pós-Graduação *Lato Sensu*.

A avaliação será contínua durante a execução dos módulos e dos respectivo componentes curriculares, e compre os seguintes objetivos:

- Verificar os valores, conhecimentos e habilidades adquiridas pelo aluno, conforme o perfil profissional de conclusão de curso definido nos respectivos Planos de cursos;
- Acompanhar o processo de ensino aprendizagem, identificando os progressos, os sucessos e as dificuldades do aluno;

- Aperfeiçoar, reorganizar e, quando for o caso, reorientar o processo de ensino aprendizagem.

Os professores, responsáveis pelos respectivos componentes curriculares, deverão apresentar um conceito final que será expresso pelas letras A, B, C e D.

A avaliação da aprendizagem do aluno será expressa nos níveis e es escalas seguintes:

| Nível | Nota correspondente | Conceito     |
|-------|---------------------|--------------|
| A     | 10,0-9,0            | Excelente    |
| B     | 8,9 -8,0            | Bom          |
| C     | 7.9-7,0             | Regular      |
| D     | <7.0                | Insuficiente |

Fonte: Regimento Escolar da ESPMT, 2018.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver, em cada componente curricular, o conceito A, B ou C.

Os critérios e instrumentos de avaliação variarão de acordo com a característica do conteúdo e sua forma de desenvolvimento. Estes ficarão a cargo dos professores que deverão defini-los em cada Plano de Ensino, para os respectivos componentes curriculares.

A avaliação do aluno e a atribuição do conceito final de absoluta autonomia do (s) professor (es) responsável (eis) pelo componente curricular.

São sugeridos para o trabalho pedagógico de avaliação, no geral, os seguintes instrumentos, que poderão ser utilizados isoladamente ou de forma articulada:

- I. Seminários;
- II. Produção de textos;
- III. Relatórios técnicos;
- IV. Portfólio;
- V. Prova escrita;
- VI. Observação do desempenho.

A auto-avaliação, utilizada de forma articulada com outros instrumentos, é valorizada e estimulada, por constituir um mecanismo indispensável ao envolvimento do educando no processo de ensino-aprendizagem.

## **6 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

A ESPMT realiza formação e educação permanente em saúde de trabalhadores do SUS/MT que assuma uma postura política, ética e cidadã ao articular ensino, pesquisa e extensão em áreas prioritárias para o SUS em Mato Grosso.

### **6.1 *Dimensões da Educação Profissional na Saúde***

#### **6.1.1 Educação Profissional de Nível Técnico**

A ESPMT oferece cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, podendo oferecer inclusive cursos em outras áreas correlatas, de acordo com as necessidades dos serviços mantidos pelo SUS.

Obedece a Diretriz Curricular Nacional para a Educação Profissional de Nível Técnico, através da Resolução CEB/CNE Nº. 06/2012. Orienta-se pelos princípios norteadores previamente enunciados no art. 3º da Lei Nº. 9.394 de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Os cursos são regulamentados pela Resolução Normativa nº 001/2014 - CEEMT.

Os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível médio abrangem:

- I. Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional
- II. Educação Profissional Técnica e Pós-Técnica de Nível Médio

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas Articulada e/ou Subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica.

Estes cursos são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos. O itinerário formativo contempla a sequência das possibilidades articuláveis da oferta de cursos de Educação Profissional, programado a partir de estudos quanto à

sequência de saberes profissionalizantes, configurando uma trajetória educacional consistente. As bases para o planejamento de cursos segundo itinerários formativos são os Catálogos Nacionais de Cursos mantidos pelos órgãos próprios do MEC e a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO).

Para cursos técnicos, caso o diagnóstico avaliativo evidencie necessidade, devem ser introduzidos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica, para complementação e atualização de estudos, em consonância com o respectivo eixo tecnológico.

Na perspectiva de educação continuada para desenvolvimento pessoal e do itinerário formativo de profissionais técnicos e de graduados em áreas correlatas, e para o atendimento de demandas específicas do mundo do trabalho, podem ser organizados cursos de Especialização Técnica de Nível Médio.

Os currículos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Básico são estruturados por competência, proporcionando ao cidadão trabalhador, conhecimentos que lhe permitam profissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho.

Os cursos são sujeitos à regulamentação curricular, devendo ter seus planos pedagógicos de cursos aprovados pelo Sistema Estadual de Educação, bem como autorização para seu funcionamento junto ao Conselho Estadual de Educação.

A ESPMT oferta os seguintes cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação: Agente Comunitário em Saúde, Agente de Combate em Endemias, Agente de Saúde Indígena, Agente de Saneamento Indígena, Auxiliar de Saúde Bucal e Auxiliar de Saúde Bucal Indígena.

Quanto a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, oferta os cursos: Técnico de Enfermagem, Técnico de Vigilância em Saúde, Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Hemoterapia, Técnico em Órtese e Prótese, Técnico em Radiologia, Técnico em Saúde Bucal.

A Especialização Pós Técnica ocorre em atendimento às demandas próprias do serviço, sob a forma regular e modular, nos períodos diurnos e noturnos.

Oferece cursos dentro e fora de sua sede, em salas descentralizadas observadas as demandas geradas pelas necessidades dos serviços de saúde, mantidas em parceria pelo SUS dos Municípios, em todo o Estado de Mato Grosso.

### **6.1.2 Educação de Nível Superior**

Na Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) está localizado o Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* na Área da Saúde destinados qualificação técnico-científico dos profissionais de nível superior, em áreas de interesse do SUS/MT.

Os cursos de especialização nível *lato sensu* e aperfeiçoamento são estruturados, considerando o perfil epidemiológico local regional, as Políticas de Saúde e as necessidades do cotidiano de trabalho dos serviços de saúde do SUS/MT.

### **6.1.3 Cursos de Educação Permanente em Saúde e Capacitação**

Os cursos de capacitação ofertados pela ESPMT são destinados à qualificação dos trabalhadores de nível médio e superior do SUS/MT, considerando as demandas relacionadas ao perfil epidemiológico e as necessidades dos serviços de saúde (atenção, gestão e educação). Além disso, a escola oferta cursos voltados aos Movimentos Sociais, Controle Social, Saúde indígena, Quilombolas, e as demais especificidades que o SUS exige para sua efetivação.

## **6.2 Dimensões da Pesquisa**

A ESPMT possui profissionais com nível mestrado e doutorado o que potencializa o desenvolvimento de pesquisas de interesse institucional. Esta Escola tem como desenvolver pesquisas, com parceiros, nas áreas de interesse do SUS/MT.

A Escola incentiva o desenvolvimento de pesquisas conforme a Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018d) e iniciativas para fomento à pesquisa como o Programa de Pesquisas para o SUS (PPSUS) desenvolvido pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit), Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de Mato Grosso (FAPMAT) e Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT).

### **6.3 *Dimensões da Extensão***

As práticas de extensão têm passado por processo de transformações quanto a sua concepção e finalidade.

A ESPMT assume como atividade extensionista aquela que

integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018c, p.1).

Portanto, as atividades de extensão desta Escola tem como instrumento a integração com a comunidade articulando ensino e pesquisa, objetivando a formação interdisciplinar, multidisciplinar do discente articulados com a produção do conhecimento. As atividades extensionistas deverão ser registradas e avaliadas regularmente.

São consideradas como atividades de extensão: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços (BRASIL, 2008c).

## 7 REFERÊNCIAS

BERBEL, N A N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Rev. Semina: Ciênc. Soc. e Hum.**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília-DF, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) Acesso em 22/02/2019.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Brasília: CONASS, 2011. 120 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, n. 9)

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias da SAS. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 160 p.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – **Manual Técnico: Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS PRO EPS-SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018a. 40 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** Brasília: Ministério da Saúde, 2018b. 73 p.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 1.350, de 14 de dezembro de 2018**, Institui as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira.

DOU, Ed. n. 241, Seq 1, Pag.34, 2018c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018d. 26 p. Disponível

In:

[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda\\_prioridades\\_pesquisa\\_ms.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_prioridades_pesquisa_ms.pdf).

Acesso em 26/02/2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CEB/CNE Nº 4**, de 06 de junho de 2012 . Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012>  
Acesso em 22/02/2019

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CEB/CNE nº 6, de 6 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012>  
Acesso em 22/02/2019.

CAVALCANTE, L P F; MELLO, M A. **Avaliação da aprendizagem no ensino de graduação em saúde: concepções, intencionalidades, reflexões**. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 20, n. 2, p. 423-42, Jul., 2015. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772015000200423&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772015000200423&lng=en&nrm=iso)>. access on 19 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.590/S1414-40772015000200008>.

CECCIM, R. Desenvolvimento de competências no trabalho em saúde: educação, áreas de conhecimento e profissões no caso da saúde. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, UnB, V. 06, n.02, 2012.

CECCIM R. B, FEUERWERKER L.M. C. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Rev Physis Saúde Coletiva**: Rio de Janeiro, vol.14, nº.1, p. 41-65, 2004.

COELHO, I B. PADILHA, R Q. RIBEIRO, E C O. Desafios na educação de profissionais de saúde no século XXI. In: LIMA, V.V; PADILHA, R.Q **Reflexões e Inovações na Educação de Profissionais da Saúde**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1 ed., Vol.1, 2018. Série Processos Educacionais na Saúde.

DAVINI, M.C. Educacion permanente em salud. Serie PALTEX para Ejecutores de Programas de Salud, n. 38, Washington, D. C, 1995.

\_\_\_\_\_. **Currículo integrado**. 2009. Disponível em: [http://www.opas.org.br/rh/publicacoes/textos\\_apoio/pub04U2T8.pdf](http://www.opas.org.br/rh/publicacoes/textos_apoio/pub04U2T8.pdf). Acesso em 19 feb 2019.

Dicionário da educação profissional em saúde / Isabel Brasil Pereira e Júlio César França Lima. . 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

DIESEL, A; BALDEZ, ALS; MARTINS, SN. Os princípios das metodologias ativas: uma abordagem teórica. **Rev. Thema**, v.14p. 268-88, 2017.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. 55 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. Educação e Mudança. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011

FREITAS; C M; FREITAS, C A S; PARENTE, J R F.; VASCONCELOS, M I O; LIMA, G K.; MESQUITA, K O.; MARTINS, S C.; MENDES, J D R. Uso de metodologias ativas de aprendizagem para a educação na saúde: análise da produção científica. **Rev. Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 117-30, 2015.

GADOTTI, Moacir. **Dimensão Política do Projeto Pedagógico da Escola – PROCAD – Projeto de Capacitação de Dirigentes**, 2016. Disponível em <http://gadotti.org.br:8080/xmlui/handle/123456789/456>

GEMIGNANI E. Formação de professores e metodologias ativas de ensino aprendizagem: ensinar para a compreensão. **Rev Fronteira Educ**, n.1, v.2, 2012.

GRAVE, M T Q; *et all*. Currículo integrado em saúde: construção coletiva a partir de fóruns de qualificação de docentes. In: **Anais Eletrônicos do XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária: Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento**. Mar del Plata- Argentina, 22 a 24 de novembro de 2017.p 01 a 10. ISBN: 978-85-68618-03-5. Disponível em:  
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/181071>

MACHADO, M H; XIMENES NETO, F R G. Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde no SUS: trinta anos de avanços e desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 6, p. 1971-79, jun. 2018 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232018000601971&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601971&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 14 fev. 2019.  
<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.06682018>.

MATO GROSSO, Governo do Estado de. **Decreto n.º 16**, de 01 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Saúde – SES, a redistribuição de cargos em comissão e funções de confiança, publicado no D.O.E, n. 27435, 2019.

MATO GROSSO, Secretaria de Educação de. Conselho Estadual de Educação. **Resolução Normativa nº 001/2014-CEE/MT**. Fixa normas para a oferta da Educação Básica, na modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, para o Sistema Estadual de Ensino, e dá outras providências. Disponível em:  
<http://www.cee.mt.gov.br/wmmostrarmodulo.aspx?15,45,Componente+Arquivo>  
 Acesso em 22 /02/2019.

MOREIRA, C. O. F.; DIAS, M S A. Diretrizes curriculares na saúde e as mudanças nos modelos de saúde e educação. **ABCS Health Sci**. nº.40. v.3, p.300-05, 2015:

RAMOS, M. **A Educação dos Trabalhadores e a Utopia de Plena Formação Humana** (Texto Produzido para a Secretaria Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores- CUT, 2001)

PERRENOUD, P. Construir competências é virar as costas aos saberes? In: **Pátio – Revista Pedagógica**, Porto Alegre, n. 11, p. 15-19, nov. 1999. Disponível em: <[http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php\\_main/php\\_1999/1999\\_39.html](http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_1999/1999_39.html)>.

SILVA, G B; FELICETTI, V L. Habilidades e competências na prática docente: perspectivas a partir de situações problemas. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v.5, n.1, p.17-29, jan.-jun, 2014.